



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

DIÁRIO ELETRÔNICO MPDFT

Edição n.º 3.024, 14 de novembro de 2025.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR
Procurador-Geral de Justiça

SELMA LEITE DO NASCIMENTO SAUERBRONN DE SOUZA
Vice-Procuradora-Geral de Justiça Jurídico-Administrativa

ANTÔNIO MARCOS DEZAN
Vice-Procurador-Geral de Justiça Institucional

FLÁVIO AUGUSTO MILHOMEM
Ouvidor

NELSON FARACO DE FREITAS
Corregedor-Geral

NÍSIO EDMUNDO TOSTES RIBEIRO FILHO
Chefe de Gabinete da PGJ

CLAUDIA BRAGA TOMELIN
Secretária-Geral



Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios

Endereço: Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Sede do MPDFT, Brasília-DF - CEP 70.091-900.

Horário de funcionamento para atendimento ao público externo: em dias úteis, das 12h às 18h

Telefones: (61) 3343-9500 - Plantão (sábados, domingos e feriados): (61) 3214-4444 | 3103-6217 | 3103-6219



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA PGJ Nº 898, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2025

Designa o Promotor de Justiça Adjunto VINÍCIUS ARAÚJO GONÇALVES para officiar, em substituição simples, no período de 17 de novembro a 19 de dezembro de 2025, junto à 2ª Promotoria de Justiça de Execuções das Penas e Medidas Alternativas do Distrito Federal.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, artigo 159, inciso XX,

CONSIDERANDO o teor do Processo SEI nº 19.04.3756.0148362/2025-02,

RESOLVE:

Art. 1º Esta Portaria designa o Promotor de Justiça Adjunto VINÍCIUS ARAÚJO GONÇALVES para officiar, em substituição simples, no período de 17 de novembro a 19 de dezembro de 2025, junto à 2ª Promotoria de Justiça de Execuções das Penas e Medidas Alternativas do Distrito Federal, ficando dispensado, nesse período, das atribuições previstas na Portaria PGJ nº 868, de 29 de outubro de 2025, que o designa para atuar na Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR**, **Procurador-Geral de Justiça**, em 11/11/2025, às 15:31, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2888841** e o código CRC **EFAFDA1F**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA PGJ Nº 907, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Autoriza a participação de membros deste Ministério Público no XXVI CONGRESSO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, a ser realizado no período de 11 a 14 de novembro de 2025, no Centro de Convenções Ulisses Guimarães, em Brasília/DF.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, artigo 159, inciso XX,

CONSIDERANDO o que consta no Processo SEI nº 19.04.5554.0080508/2025-17,

RESOLVE:

Art. 1º Esta Portaria autoriza a participação de membros deste Ministério Público, relacionados no Anexo Único, sem prejuízo de suas atuais designações, no XXVI Congresso Nacional do Ministério Público, cujo tema será "O MP do Futuro: Democrático, Resolutivo e Inovador", a realizar-se no período de 11 a 14 de novembro de 2025, no Centro de Convenções Ulisses Guimarães, em Brasília/DF.

Parágrafo único. A participação dar-se-á com ônus de inscrição para o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA PGJ Nº 907, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Membros do MPDFT que vão participar do XXVI CONGRESSO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO:	
I - JOSÉ EDUARDO SABO PAES, Procurador de Justiça;	
II - ANA CLÁUDIA MAGALHÃES ALVES DE MELO, Procuradora de Justiça;	
III - ISABEL CRISTINA AUGUSTO DE JESUS, Procuradora de Justiça;	
IV - ANA PAULA TOMÁS FERREIRA, Promotora de Justiça;	
V - CLEONICE MARIA RESENDE VARALDA, Promotora de Justiça;	
VI - JAMIL AMORIM FILHO, Promotor de Justiça;	
VII - FERNANDO AUGUSTO MARTINS CUOCO, Promotor de Justiça;	
VIII - JOSÉ THEODORO CORREA DE CARVALHO, Promotor de Justiça;	
IX - LUCIANA BERTINI LEITÃO, Promotora de Justiça;	
X - LESLIE MARQUES DE CARVALHO, Promotora de Justiça;	
XI - ANDRÉA BERNARDES DE CARVALHO, Promotora de Justiça;	
XII - FABIANO COELHO VIEIRA, Promotor de Justiça;	
XIII - DIOGENES ANTERO LOURENÇO, Promotor de Justiça;	
XIV - ANA LUIZA LOBO LEÃO OSÓRIO, Promotora de Justiça;	
XV - CLAUDIA VALERIA PEREIRA DE QUEIROZ TELES, Promotora de Justiça;	
XVI - RENATO BARAO VARALDA, Promotor de Justiça;	
XVII - MÁRCIO COSTA DE ALMEIDA, Promotor de Justiça;	
XVIII - NARDEL LUCAS DA SILVA, Promotor de Justiça;	
XIX - INACIO PEREIRA NEVES FILHO, Promotor de Justiça;	
XX - GLÁUBER JOSÉ DA SILVA, Promotor de Justiça;	
XXI - DÊNIO AUGUSTO DE OLIVEIRA MOURA, Promotor de Justiça;	
XXII - FABIANA DE ASSIS PINHEIRO HEY, Promotora de Justiça;	
XXIII - MARCELO LEITE BORGES, Promotor de Justiça;	
XXIV - ANDRÉA JORGE SIQUEIRA, Promotora de Justiça;	
XXV - RICARDO WITTNER CONTARDO, Promotor de Justiça;	
XXVI - LAÍS CERQUEIRA SILVA FIGUEIRA, Promotora de Justiça;	
XXVII - NEURIMAR PATRÍCIA RIBEIRO DE ALMEIDA, Promotora de Justiça;	
XXVIII - THAIS FREIRE DA COSTA FLORES, Promotora de Justiça;	
XXIX - HIZA MARIA SILVA CARPINA LIMA, Promotora de Justiça;	
XXX - LEONARDO JUBE DE MOURA, Promotor de Justiça;	
XXXI - LUIS GUSTAVO MAIA LIMA, Promotor de Justiça;	
XXXII - DENISE ROCHA MENDES COSTA, Promotora de Justiça;	
XXXIII - VIVIAN BARBOSA CALDAS, Promotora de Justiça;	
XXXIV - LUCIANA ASPER Y VALDES, Promotora de Justiça;	
XXXV - DANIELA ALBUQUERQUE MARQUES, Promotora de Justiça;	
XXXVI - MARCELO DA SILVA OLIVEIRA, Promotor de Justiça;	
XXXVII - LINA MARIA DA MATTA E SILVA GLANZMANN, Promotora de Justiça;	
XXXVIII - ALESSANDRA GABRIELLA BORGES PEREIRA LORENZO, Promotora de Justiça;	
XXXIX - RENATO BIANCHINI, Promotor de Justiça;	
XL - SERGIO EDUARDO CORREIA COSTA GOMIDE, Promotor de Justiça;	
XLI - CLAYTON DA SILVA GERMANO, Promotora de Justiça;	
XLII - JAQUELINE FERREIRA GONTIJO, Promotor de Justiça;	

XLIII - LUCIANO COELHO ÁVILA, Promotor de Justiça;
XLIV - LUIS HENRIQUE ISHIHARA, Promotor de Justiça;
XLV - ALINE RANIERO FONSECA NAOUM, Promotora de Justiça;
XLVI - CAROLINA REBELO SOARES, Promotora de Justiça;
XLVII - LARISSA BEZERRA LUZ DO VALE CERQUEIRA, Promotora de Justiça;
XLVIII - TATIANA ALBUQUERQUE DE CARVALHO MESQUITA, Promotora de Justiça;
XLIX - RODOLFO LACE KRAUSE, Promotor de Justiça;
L - ERICSON DOS SANTOS CERQUEIRA, Promotoa de Justiça;
LI - DANIELLA VIRGINIA GOMES, Promotora de Justiça;
LII - JOAO ANTONIO SA LIMA, Promotor de Justiça;
LIII - LIVIA CRUZ RABELO, Promotora de Justiça;
LIV - ADALGIZA MARIA AGUIAR HORTENCIO DE MEDEIROS, Promotora de Justiça;
LV - CLAUDIO JOAO MEDEIROS MIYAGAWA FREIRE, Promotor de Justiça;
LVI -CESAR AUGUSTO NARDELLI COSTA, Promotor de Justiça;
LVII - ARNALDO DIAS SANTOS DA COSTA CARVALHO, Promotor de Justiça;
LVIII - CAMILA COSTA BRITTO, Promotora de Justiça;
LIX LUCAS SALOMÉ FARIAS DE AGUIAR, Promotor de Justiça;
LX - MARCEL BERNARDI MARQUES, Promotor de Justiça;
LXI - ANDRÉ GOMES ISMAEL, Promotor de Justiça;
LXII - CLAUDIA BRAGA TOMELIN, Promotora de Justiça;
LXIII - ISABELLA ANGÉLICA DOS SANTOS CHAVES, Promotora de Justiça;
LXIV - POLYANNA SILVARES DE MORAES DIAS, Promotora de Justiça;
LXV - RUY REIS CARVALHO NETO, Promotor de Justiça;
LXVI - RODRIGO DE OLIVEIRA MACHADO, Promotor de Justiça;
LXVII - LEONARDO BORGES DE OLIVEIRA, Promotor de Justiça;
LXVIII - NATÁLIA MAGALHÃES WANDERLEI, Promotora de Justiça;
LXIX - JANAINA CRISTINA QUEIROZ DE ALMEIDA, Promotora de Justiça Adjunta;
LXX - STEPHANY NELLY LOBATO, Promotora de Justiça Adjunta;
LXXI - RAFAEL LEANDRO ARANTES RIBEIRO, Promotor de Justiça Adjunto;
LXXII - LEONARDO OTREIRA, Promotor de Justiça Adjunto;
LXXIII - ANDRE ALISSON LEAL TEIXEIRA, Promotor de Justiça Adjunto;
LXXIV - DANIELLE BERNARDES PACHECO, Promotora de Justiça Adjunta;
LXXV - NICOLE LOPES ASSIS, Promotora de Justiça Adjunta;
LXXVI - LUCAS VILELA DE FRANCA FREITAS, Promotor de Justiça Adjunto;
LXXVII - ALYNE LIMA DE MESQUITA, Promotora de Justiça Adjunta;
LXXVIII - VINICIUS ALMEIDA BERTAIA, Promotor de Justiça Adjunto;
LXXIX - MAIRA JOAQUIM SIMONELLI, Promotora de Justiça Adjunta;
LXXX - SOFIA SCHLOSSER, Promotora de Justiça Adjunta;
LXXXI - BRUNO CARVALHO AMARAL DIAS, Promotor de Justiça Adjunto;
LXXXII - CARLOS EDUARDO SIMÕES MORAES, Promotor de Justiça Adjunto;
LXXXIII - CAROLINA MOURA CAVALCANTE, Promotora de Justiça Adjunta;
LXXXIV - EDUARDA ERNESTO MACHADO FELIX DE CASTRO, Promotora de Justiça Adjunta.



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR**, **Procurador-Geral de Justiça**, em 13/11/2025, às 18:41, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2895381** e o código CRC **AD341C0D**.

19.04.5554.0080508/2025-17



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA PGJ Nº 909, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

CONSIDERANDO o teor do Processo SEI nº 19.04.3761.0148693/2025-11,

RESOLVE:

Art. 1º Esta Portaria designa, até 17 de novembro de 2025, o servidor RAFAEL NOVAES DO NASCIMENTO, matrícula 4640-0, Técnico do MPU/Administração da carreira do Ministério Público da União, para substituir, nos impedimentos legais, eventuais e temporários, o cargo em comissão de Chefe de Gabinete da Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão, código CC-04 (59000001), dispensando, durante o referido período, o servidor ALEXANDRE GUERREIRO CALDAS, matrícula 4474-1.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR**, **Procurador-Geral de Justiça**, em 13/11/2025, às 18:41, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2893986** e o código CRC **9FF7CB45**.

19.04.3761.0148693/2025-11



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
Assessoria Técnica de Coordenação das Câmaras de
Coordenação e Revisão - CCR
Praça Municipal - Eixo Monumental - Brasília - DF

RECOMENDAÇÃO - CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

RECOMENDAÇÃO N. 88

Decidiram as Câmaras de Coordenação e Revisão Cíveis Reunidas, por maioria, pela conversão da Recomendação nº 86/2025, das 4ª. e 5ª. Câmaras Cíveis em ato congênere das CCRCíveis Reunidas (Recomendação), a ser observada pelas demais Câmaras de Coordenação e Revisão Cíveis, nos termos do SEI nº 19.04.5018.0033467/2025-92, e com fundamento no art. 11, inciso I, da Resolução nº 327/2024/CSMPDFT:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é regido pelos princípios da unidade, indivisibilidade e independência funcional (art. 127 da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que a unidade institucional implica a existência de um só órgão por ramo do Ministério Público, com direção única, e que a indivisibilidade autoriza a substituição funcional, desde que nos termos da lei, vinculando a manifestação do órgão ao Ministério Público como um todo;

CONSIDERANDO que a independência funcional assegura a liberdade do membro do Ministério Público no exercício de suas

atribuições legais, devendo ser respeitados os limites objetivos de sua atuação e a repartição interna de competências;

CONSIDERANDO a necessidade de racionalizar a intervenção do Ministério Público no processo civil, especialmente quanto à utilidade e efetividade dessa atuação em benefício dos interesses sociais, coletivos e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO a importância de orientar a atuação ministerial em consonância com a evolução institucional do Ministério Público e com o perfil traçado pela Constituição da República, que priorizam a defesa de tais interesses na qualidade de órgão agente;

CONSIDERANDO que a Recomendação nº 8/2012, do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, estabelece, em seu art. 3º, que é desnecessária a atuação simultânea de mais de um órgão do Ministério Público em ações individuais ou coletivas, propostas ou não por membro da Instituição, salvo quando a natureza da causa o exigir;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução CNMP nº 164/2017, que disciplina a expedição de recomendações como instrumentos extrajudiciais de caráter não coercitivo, cuja legitimidade decorre da atribuição funcional do subscritor e da fundamentação jurídica do ato;

CONSIDERANDO que a assinatura coletiva de atos recomendatórios por membros sem atribuição específica para a matéria pode comprometer a responsabilidade funcional, gerar percepções equivocadas sobre a legitimidade do ato e fragilizar a força institucional da manifestação ministerial;

CONSIDERANDO, ainda, que o art. 7º, § 2º, do Regimento Interno das Câmaras de Coordenação e Revisão veda a assinatura coletiva de promoção de arquivamento, entendimento que, por analogia,

deve ser aplicado à expedição de recomendações;

DECIDEM

RECOMENDAR aos membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios que atuam em 1ª. instância com atribuições para a prática de atos extrajudiciais, submetidos à Coordenação e Revisão Câmaras Cíveis:

1. Que as recomendações administrativas e extrajudiciais sejam subscritas exclusivamente pelos órgãos e agentes com atribuição legal para a matéria, nos termos das normas internas de organização e funcionamento;
2. Que a subscrição coletiva de recomendações por membros sem atribuição funcional específica para o objeto da recomendação seja evitada, por comprometer a clareza quanto à competência, à legitimidade do ato e à responsabilidade funcional;
3. Que, nos casos em que duas ou mais Promotorias ou Procuradorias possuam atribuições coincidentes ou complementares, admita-se a subscrição conjunta da recomendação, desde que realizada pelos respectivos titulares ou seus substitutos legais, com a devida fundamentação e com a homologação prevista no art. 26, §3º e 4º, da Resolução n. 66/2005/CSMPDFT;
4. Que a responsabilidade funcional pela expedição da recomendação seja individual do membro com atribuição, não podendo ser transferida ou diluída por meio de subscrição coletiva por membros sem atribuição específica para a matéria.

Publique-se.

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Antonio Ezequiel de A. Neto
Procurador de Justiça
Coordenador Administrativo das Câmaras de Coordenação e
Revisão



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO EZEQUIEL DE ARAUJO NETO, Coordenador Administrativo das Câmaras de Coordenação e Revisão**, em 12/11/2025, às 15:46, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2893269** e o código CRC **D8DC379D**.

19.04.5018.0033467/2025-92

2893269v8



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PORTARIA SG Nº 1216/2025

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Regimento Interno, considerando a delegação dada por meio da Portaria nº 1.426/PGJ, de 14/12/2018 publicada no Diário Oficial da União de 10/09/2010, tendo em vista o que consta do Processo nº 19.04.4213.0030388/2024-49,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a Portaria SG Nº 127/2025 para designar a servidora **ISABELLA VIEIRA DE CERQUEIRA BRANCO**, matrícula 1395 para exercer o encargo de gestora substituta do contrato nº 004/SG/MPDFT/2025, firmado com a empresa CONNECTOR ENGENHARIA LTDA., referente à contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de copeiragem e garçom, com fornecimento mensal de material de limpeza para higienização dos equipamentos e utensílios utilizados para execução dos serviços contratados e fornecimento de café e açúcar, nas condições estabelecidas no Edital e seus anexos, em especial no Termo de Referência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

(assinado eletronicamente)

HENRIQUE ROCHA



Documento assinado eletronicamente por **HENRIQUE NEVES ROCHA ALVES**, Secretário(a)-Geral Adjunto(a) Substituto(a), em 13/11/2025, às 15:39, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2899214** e o código CRC **B4716242**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PORTARIA SG Nº 1217/2025

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições previstas no artigo 425, inciso IV, do RIMPDFT (Portaria Normativa n.º 668/PGJ, de 13/2/2020), tendo em vista o que consta do Processo SEI n.º. 19.04.4185.0011558/2023-20.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor **ANTÔNIO HUGO BARBOSA NETO**, Matrícula 3187-9, para exercer o encargo de GESTOR, e o servidor **JOSÉ VLADIMIR FERREIRA DA SILVA**, matrícula n.º 3311-1, para exercer o encargo de GESTOR SUBSTITUTO, do Acordo de Cooperação Técnica TRF4 n.º 629/2025 (numeração do TRF4) / 033/2025 (numeração MPDFT), firmado com o TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, que tem por objeto a renovação GRATUITA do direito de uso do SEI, Sistema Eletrônico de Informações, criado pelo TRF4, para o CESSIONÁRIO, para utilização em base única.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

(Assinado eletronicamente)

HENRIQUE ROCHA



Documento assinado eletronicamente por **HENRIQUE NEVES ROCHA ALVES**, Secretário(a)-Geral Adjunto(a) Substituto(a), em 13/11/2025, às 15:53, conforme § 3º do art. 4º do Decreto n.º 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2899221** e o código CRC **44D42294**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PORTARIA SG Nº 1218/2025

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Regimento Interno, considerando a delegação dada por meio da Portaria nº 1.426/PGJ, de 14/12/2018 e da Portaria nº 1.070/PGJ, de 27/10/2023,, e considerando o teor do processo SEI nº 19.04.4109.0149361/2025-35,

RESOLVE:

Designar a servidora **MARCIA SANTOS DE OLIVEIRA**, matrícula 6246-4, Analista do MPU/Direito do quadro do Ministério Público da União, para substituir, nos impedimentos legais, eventuais e temporários, o cargo em comissão de Assessor Chefe de Gabinete de Promotoria I da 3ª Promotoria de Justiça Especial Criminal e de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar da Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Santa Maria, código CC-01 (86001042).

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

(Assinado Eletronicamente)

HENRIQUE ROCHA



Documento assinado eletronicamente por **HENRIQUE NEVES ROCHA ALVES**, **Secretário(a)-Geral Adjunto(a) Substituto(a)**, em 13/11/2025, às 16:26, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2900659** e o código CRC **96DC3B13**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PORTARIA SG Nº 1219/2025

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Regimento Interno, considerando a delegação dada por meio da Portaria nº 1.426/PGJ, de 14/12/2018, tendo em vista o que consta do Procedimento de Gestão Administrativa nº 19.04.3275.0117957/2025-63,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores **ADRIANA BARROS**, matrícula 3330; **DEBORA SOLANGE BREY CAMARGO**, matrícula 1806; **ELVIS ARON MARRA**, matrícula 4183; **JULIANO ANTONIO HAUCK FIGUEIREDO**, matrícula 4063; **LÍVIA LINHARES SANTIAGO SANTOS**, matrícula 3462; **ROGERIO GUEDES PRAZERES CASTRO**, matrícula 3745 e **VALMIR DE OLIVEIRA DOS SANTOS**, matrícula 2662; para comporem a comissão gestora da Nota de Empenho 2025NE000370, que tem por favorecido a empresa I P DE C REZENDE - INSTITUTO EXATA CONCURSO E ASSESSORIA LTDA e por objeto a prestação de serviços de elaboração de layout, impressão de cartões de resposta, leitura e processamento de dados da prova objetiva do 33º Concurso Público para ingresso na carreira do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, no cargo de Promotor de Justiça Adjunto.

Art. 2º Os servidores **JULIANO ANTONIO HAUCK FIGUEIREDO**, matrícula 4063, e **VALMIR DE OLIVEIRA DOS SANTOS**, matrícula 2662, exercerão o encargo de Gestores Administrativos; os servidores **ADRIANA BARROS**, matrícula 3330; **DEBORA SOLANGE BREY CAMARGO**, matrícula 1806; **ELVIS ARON MARRA**, matrícula 4183; **LÍVIA LINHARES SANTIAGO SANTOS**, matrícula 3462) e **ROGERIO GUEDES PRAZERES CASTRO**, matrícula 3745; o encargo de Fiscais Técnicos.

(Assinado Eletronicamente)

HENRIQUE ROCHA



Documento assinado eletronicamente por **HENRIQUE NEVES ROCHA ALVES**, **Secretário(a)-Geral Adjunto(a) Substituto(a)**, em 13/11/2025, às 16:30, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2900709** e o código CRC **00BE27C5**.

Sumário

Capa.....	p. 1
Procuradoria-Geral de Justiça.....	p. 2
Portaria 0898/2025.....	p. 2
Portaria 0907/2025.....	p. 4
Portaria 0909/2025.....	p. 8
Câmaras de Coordenação e Revisão.....	p. 9
Recomendação 88.....	p. 9
Secretaria-Geral.....	p. 13
Portaria 1216/2025.....	p. 13
Portaria 1217/2025.....	p. 14
Portaria 1218/2025.....	p. 15
Portaria 1219/2025.....	p. 16
Sumário.....	p. 17